

ESCRITURA PARTICULAR DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM 3 (TRÊS) SÉRIES, DA ESPÉCIE COM
GARANTIA FLUTUANTE, COM GARANTIA REAL ADICIONAL, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, NOS
TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM Nº 476/09, DA ECOGEN BRASIL SOLUÇÕES
ENERGÉTICAS S.A.

entre

ECOGEN BRASIL SOLUÇÕES ENERGÉTICAS S.A.,
como Emissora

e

**PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
LTDA.**

*representando a comunhão dos titulares das debêntures objeto da presente
Emissão*

Datada de

15 de agosto de 2013

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

ESCRITURA PARTICULAR DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM 3 (TRÊS) SÉRIES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA FLUTUANTE, COM GARANTIA REAL ADICIONAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM Nº 476/09, DA ECOGEN BRASIL SOLUÇÕES ENERGÉTICAS S.A.

Por este instrumento, as partes abaixo qualificadas:

ECOGEN BRASIL SOLUÇÕES ENERGÉTICAS S.A., companhia fechada com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Santo Amaro, nº 48, 9º andar, conjuntos 91 e 92, Vila Nova Conceição, CEP 04506-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob nº 05.401.842/0001-79 e com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) sob o NIRE nº 35300384954, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social e doravante denominada simplesmente “Emissora”;

PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade empresária limitada com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001-46, neste ato representada na forma de seu Contrato Social, nomeada neste instrumento para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos Debenturistas da presente emissão e doravante denominada simplesmente “Agente Fiduciário”;

celebram a presente “Escritura Particular da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 3 (três) Séries, da Espécie com Garantia Flutuante, com Garantia Real Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476/09, da Ecogen Brasil Soluções Energéticas S.A.”, doravante denominada simplesmente “Escritura”, nos termos e condições abaixo.



1. AUTORIZAÇÃO

1.1 A presente Escritura é firmada com base na autorização deliberada em Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 14 de agosto de 2013 ("AGE"), na qual foram deliberadas, entre outras providências: (i) a aprovação da Emissão (conforme definida abaixo), bem como de seus termos e condições; e (ii) a abertura da Conta Vinculada objeto da cessão fiduciária de direitos creditórios, conforme descrita no item 4.17.1 abaixo.

1.2 A Emissão está sujeita à condição suspensiva, nos termos dos artigos 121 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil"), consistente na aprovação por escrito pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), pelo Banco Itaú BBA S.A. e pelo Banco Santander Brasil S.A. ("Credores"), conforme o caso, da emissão das Debêntures ("Condição Suspensiva da Emissão").


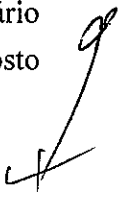

1.2.1 Uma vez recebida referida aprovação do BNDES e dos Credores, conforme previsto no item 1.2 acima, a Condição Suspensiva da Emissão será considerada satisfeita. A Emissora deverá enviar cópia de tal aprovação imediatamente ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário, a fim de que os procedimentos de distribuição sejam iniciados.

2. DOS REQUISITOS

2.1 A Emissão, conforme definida no item 3.2.1 abaixo, será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1.1 Arquivamento e Publicação da Deliberação Societária

2.1.1.1 A ata da AGE será devidamente arquivada na JUCESP e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Diário de Notícias", em atendimento ao disposto no inciso I do artigo 62 da Lei nº 6.404/76.



2.1.2 Inscrição da Escritura

2.1.2.1 Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser inscritos na JUCESP, conforme disposto do artigo 62, II, da Lei nº 6.404/76. Sem prejuízo do disposto no item 7.3, alínea (v) abaixo, vias originais desta Escritura e de eventuais aditamentos devidamente arquivados na JUCESP deverão ser enviadas ao Agente Fiduciário em até 20 (vinte) dias contados a partir da respectiva data de assinatura.

2.1.3 Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários

2.1.3.1 A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos do artigo 6º da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Instrução CVM nº 476/09"), por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição.


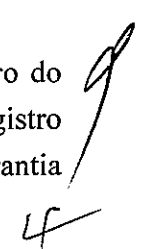

2.1.4 Dispensa de Registro na ANBIMA

2.1.4.1 Conforme dispõe o §1º do artigo 25 do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, a Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/09.

2.1.5 Registro da Garantia

2.1.5.1 O Contrato de Garantia, conforme definidos no item 4.17.1 abaixo, deverá ser levado a registro, às expensas da Emissora, no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos das Comarcas das sedes das Partes, nos prazos previstos nos referidos instrumentos.


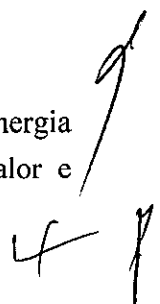
2.1.5.2 A Emissora deverá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do registro do Contrato de Garantia nos termos acima previstos, comprovar a efetivação do referido registro perante o Agente Fiduciário, mediante o envio de 1 (uma) via do Contrato de Garantia devidamente registrado.



3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1 Objeto Social da Emissora

3.1.1 A Emissora tem por objeto:

- i) adquirir bens móveis necessários à implementação e modernização de centrais de geração de energia elétrica, cogeração, água gelada, refrigeração, sistemas de recuperação de calor e unidades de climatização, de fornecedores locais ou de estrangeiros;
 - ii) revender bens móveis necessários à implementação e modernização de centrais de geração de energia elétrica, cogeração, água gelada, refrigeração, sistemas de recuperação de calor e unidades de climatização, de fornecedores locais ou de estrangeiros;
 - iii) instalar, operar e manter, diretamente ou através da contratação de terceiros, motores, compressores, câmaras de combustão, trocadores de calor, resfriadores de líquidos dos tipos por absorção e por compressão, bem como todos os outros equipamentos, acessórios, peças e ferramentas para o desenvolvimento de centrais de geração de energia elétrica, cogeração, água gelada, refrigeração, sistemas de recuperação de calor e unidades de climatização;
 - iv) produzir e comercializar energia elétrica como produtora independente de energia (PIE), vapor, água quente e gelada e outros produtos derivados de centrais de geração de energia elétrica, cogeração, água gelada, refrigeração, sistemas de recuperação de calor e unidades de climatização;
 - v) alugar bens móveis ou imóveis necessários à implementação de centrais de geração de energia elétrica, cogeração, água gelada, refrigeração, sistemas de recuperação de calor e unidades de climatização;
 - vi) prestar serviços técnicos relacionados à exploração de centrais de geração de energia elétrica, cogeração, água gelada, refrigeração, sistemas de recuperação de calor e unidades de climatização;
- 
- 

- vii) realizar serviços públicos relacionados à energia elétrica, delegados pela Administração Pública;
- viii) estudar, desenvolver, projetar, realizar e explorar planos de pesquisa e desenvolvimento e programas relativos a qualquer tipo ou forma de energia, diretamente ou em parceria com entidades públicas ou privadas;
- ix) participar de e operar em mercados de energia elétrica, utilidades (água quente e gelada, vapor, ar comprimido etc.), ar condicionado e refrigeração, organizados ou não;
- x) desenvolver atividades associadas ou que apresentem sinergia com aquelas descritas acima, incluindo atividades relativas ao estabelecimento e exploração de sistemas de comunicação e monitoramento remoto;
- xi) participar direta ou indiretamente de sociedades, consórcios e *joint ventures*;
- xii) atuar como controladora de outras sociedades, empresas e negócios;
- xiii) realizar outras atividades ou negócios que sejam, na opinião dos administradores, auxiliares/complementares em relação a qualquer outra atividade da Emissora; e
- xiv) investir em fundos próprios e manter e/ou administrar tais investimentos.

3.2 Número da Emissão

3.2.1 Esta é a 3ª (terceira) emissão de debêntures da Emissora, para distribuição pública com esforços restritos ("Emissão").

3.3 Número de Séries

3.3.1 A Emissão será realizada em 3 (três) séries ("Séries").

3.4 Montante da Emissão

3.4.1 O montante total da Emissão será de até R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), na Data de Emissão, conforme definida abaixo.

3.5 Quantidade de Debêntures

3.5.1 Serão emitidas até 20.000 (vinte mil) debêntures (“Debêntures”), das quais 5.000 (cinco mil) serão da 1ª Série (“Debêntures da 1ª Série”), até 10.000 (dez mil) serão da 2ª Série (“Debêntures da 2ª Série”) e até 5.000 (cinco mil) serão da 3ª Série (“Debêntures da 3ª Série”).

3.6 Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

3.6.1 O Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário serão, respectivamente, o Itaú Unibanco S.A., sociedade com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 (“Banco Liquidante”) e a Itaú Corretora de Valores S.A., sociedade com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ sob o nº 61.194.353/0001-64 (“Escriturador Mandatário”).

3.6.2 O Escriturador Mandatário será responsável por efetuar a escrituração das Debêntures, dentre outras responsabilidades definidas em Normas da CETIP.

3.7 Destinação dos Recursos

3.7.1 Os recursos obtidos com a (i) 1ª Série serão destinados à realização de investimentos durante o ano de 2013 e 1º (primeiro) semestre de 2014; (ii) 2ª Série serão destinados ao resgate antecipado da totalidade das debêntures emitidas pela Ecogen no âmbito de sua 2ª (segunda) emissão de debêntures; e (ii) 3ª Série serão destinados à realização de investimentos pela Emissora.

3.8 Registro na CETIP

3.8.1 As Debêntures serão registradas para (i) distribuição primária através do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada

financeiramente por meio da CETIP; e (ii) negociação secundária por meio do Cetip21, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

3.9 Colocação e Procedimento de Distribuição

3.9.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos (“Oferta Restrita”), sendo que as Debêntures da 1ª Série serão distribuídas sob o regime de garantia firme de colocação e as Debêntures da 2ª Série e as Debêntures da 3ª Série serão distribuídas sob o regime de melhores esforços de colocação, todas por meio da intermediação do Banco Itaú BBA S.A., instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 3º a 8º, 11º e 12º andares, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.298.092/0001-30 (“Coordenador Líder”) observado o quanto estabelecido no artigo 3º da Instrução CVM nº 476/09, bem como os termos e condições do “Instrumento Particular de Colocação com Esforços Restritos de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante, com Garantia Real Adicional, Sob Regime de Garantia Firme Parcial de Subscrição, em 3 (três) Séries, da 3ª Emissão Pública da Ecogen Brasil Soluções Energéticas S.A.”, celebrado entre o Coordenador Líder e a Emissora (“Contrato de Colocação”).

3.9.2 O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM nº 476/09, conforme previsto no Contrato de Colocação. Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados (conforme definido abaixo), sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

3.9.3 Não obstante o disposto no item anterior, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados, conforme definição abaixo, depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM nº 476/09, e do cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas no artigo 17 da referida Instrução.

3.9.4 Para efeito do disposto no item anterior, consideram-se “Investidores Qualificados” aqueles definidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de

2004, conforme alterada ("Instrução CVM nº 409/04"), observado, para efeito do disposto na Instrução CVM nº 476/09 e na presente Escritura, que (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, mesmo que se destinem a investidores não-qualificados; (ii) fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos nesta Escritura; e (iii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM nº 409/04 deverão subscrever, no âmbito da oferta pública das Debêntures, valores mobiliários no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.9.5 As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos Instrução CVM nº 476/09.

3.9.6 A Emissora obriga-se a: (i) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (ii) informar ao Coordenador Líder, até o dia útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita, comprometendo-se desde já a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.

3.9.7 Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta Restrita, sendo que o Coordenador Líder, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizará o plano de distribuição nos termos da Instrução CVM nº 476/09, tendo como público alvo Investidores Qualificados apenas, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM nº 476/09.

3.9.8 Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures.

3.9.9 Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

4. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1 Valor Nominal Unitário

4.1.1 O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão, conforme definição abaixo (“Valor Nominal Unitário”).

4.2 Data de Emissão

4.2.1 Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures da 1ª Série, da 2ª Série e da 3ª Série será 15 de agosto de 2013 (“Data de Emissão”).

4.3 Forma e Emissão de Certificados

4.3.1 As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados.

4.4 Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.4.1 A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP terão sua titularidade comprovada pelo extrato em nome dos titulares das Debêntures (“Debenturistas”) emitido pela CETIP.

4.5 Conversibilidade

4.5.1 As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.6 Espécie

4.6.1 As Debêntures serão da espécie com garantia flutuante, e contarão com garantia real adicional, nos termos do artigo 58 da Lei nº 6.404/76.

4.7 Subscrição

4.7.1 *Prazo de Subscrição*

4.7.1.1 As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição estabelecido no Contrato de Colocação e observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 8º da Instrução CVM nº 476/09.

4.7.2 *Preço de Subscrição*

4.7.2.1 O preço de subscrição das Debêntures da 1ª Série será seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração das Debêntures da 1ª Série, conforme definição constante do item 4.18.3.1 abaixo, calculada *pro rata temporis* desde a data da primeira subscrição e integralização das Debêntures da 1ª Série (“Data de Remuneração da 1ª Série”).

4.7.2.2 O preço de subscrição das Debêntures da 2ª Série será seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração das Debêntures da 2ª Série, conforme definição constante do item 4.18.3.2 abaixo, calculada *pro rata temporis* desde a data da primeira subscrição e integralização das Debêntures da 2ª Série (“Data de Remuneração da 2ª Série”).

4.7.2.3 O preço de subscrição das Debêntures da 3ª Série será seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração das Debêntures da 3ª Série, conforme definição constante do item 4.18.3.3 abaixo, calculada *pro rata temporis* desde a data da primeira subscrição e integralização das Debêntures da 3ª Série (“Data de Remuneração da 3ª Série”).

4.8 **Integralização e Forma de Pagamento**

4.8.1 As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, de acordo com as normas de liquidação da CETIP aplicáveis.

4.9 **Direito de Preferência**

4.9.1 Não há direito de preferência na subscrição das Debêntures.

4.10 **Atualização do Valor Nominal Unitário**

4.10.1 Não haverá atualização do Valor Nominal Unitário das Debêntures.

4.11 Repactuação

4.11.1 Não haverá repactuação das Debêntures.

4.12 Condições de Pagamento

4.12.1 Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP, (a) na sede da Emissora ou (b) conforme o caso, pela instituição depositária contratada para este fim.

4.12.2 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, deverá encaminhar ao Banco Liquidante, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor. Será de responsabilidade do Banco Liquidante a avaliação e validação da imunidade ou isenção tributária podendo, inclusive, solicitar documentos adicionais à comprovação de mencionada situação jurídica tributária. Desta forma, enquanto pendente o processo de avaliação não poderá ser imputada qualquer responsabilidade pelo não pagamento no prazo estabelecido através deste instrumento.

4.13 Prorrogação dos Prazos

4.13.1 Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro dia útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

4.14 Encargos Moratórios

4.14.1 Sem prejuízo da remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (“Encargos Moratórios”).

4.15 Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.15.1 O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.16 Publicidade

4.16.1 Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo, na forma de aviso e quando exigido pela legislação, e no jornal “Diário de Notícias”, observado o estabelecido no artigo 289 da Lei nº 6.404/76 e as limitações impostas pela Instrução CVM nº 476/09 em relação à publicidade da oferta pública das Debêntures e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização.

4.17 Garantia

4.17.1 Para assegurar o cumprimento das obrigações, principais e acessórias, assumidas pela Emissora na presente Escritura, incluindo, mas não se limitando, às Debêntures de todas as Séries, a Emissora cederá fiduciariamente, por meio do “Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças”, a ser celebrado entre as Partes (“Contrato de Garantia”), durante todo o prazo de vigência das Debêntures aos

Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, nos termos do artigo 1.361 e seguintes do Código Civil e do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965:

- i) todos os direitos creditórios, presentes ou futuros, de titularidade da Emissora, oriundos de contratos de fornecimento ou aluguel de bens e/ou prestação de serviços (“Contratos Cedidos”), listados no Contrato de Garantia, acompanhados de seus respectivos acessórios (“Direitos Creditórios”);
- ii) todos os direitos creditórios relacionados à conta de depósito mantida no Itaú Unibanco S.A., bloqueada em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário (“Conta Vinculada”), na qual os recursos decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios deverão ser depositados e/ou transferidos por qualquer meio; e
- iii) todas as aplicações financeiras realizadas com os recursos mantidos em depósito na Conta Vinculada.

4.17.1.1 O fluxo mensal de recursos oriundos dos Direitos Creditórios que transitarem na Conta Vinculada deverá corresponder aos valores indicados na tabela disposta no Anexo IV do Contrato de Garantia, os quais foram calculados utilizando-se como referência o valor aproximado de 130% (cento e trinta por cento) da parcela subsequente devida pela Emissora por força de juros e amortização de cada uma das Séries (“Razão Mínima”), observado o disposto no Contrato de Garantia.

4.18 Características Básicas das Debêntures

4.18.1 *Quantidade de Debêntures*

4.18.1.1 Serão emitidas 5.000 (cinco mil) Debêntures da 1ª Série, até 10.000 (dez mil) Debêntures da 2ª Série e até 5.000 (cinco mil) Debêntures da 3ª Série.

4.18.2 *Prazo e Data de Vencimento*

4.18.2.1 O vencimento das Debêntures ocorrerá da seguinte forma: (a) as Debêntures da 1ª Série vencerão ao término do prazo de 8 (oito) anos, vencendo-se, portanto, em 15 de agosto de 2021 (“Data de Vencimento da 1ª Série”); (b) as Debêntures da 2ª Série vencerão ao



término do prazo de 8 (oito) anos e 2 (dois) meses, vencendo-se, portanto, em 15 de outubro de 2021 (“Data de Vencimento da 2ª Série”); e (c) as Debêntures da 3ª Série vencerão ao término do prazo de 8 (oito) anos e 7 (sete) meses, vencendo-se, portanto, em 15 de março de 2022 (“Data de Vencimento da 3ª Série”), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado ou resgate total das Debêntures previstas nesta Escritura. Na ocasião do vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido da remuneração aplicável a cada Série, calculada na forma prevista nesta Escritura.

4.18.3 *Remuneração das Debêntures*

4.18.3.1 Remuneração das Debêntures da 1ª Série

4.18.3.1.1 As Debêntures da 1ª Série farão jus a juros correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, *over* extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI”), acrescida de *spread* ou sobretaxa de 2,2% (dois inteiros e dois décimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série desde a data da primeira subscrição e integralização das Debêntures da 1ª Série ou das datas de pagamento imediatamente anteriores, a que ocorrer por último, até a data do seu efetivo pagamento, que deve ocorrer ao final de cada Período de Capitalização das Debêntures da 1ª Série, conforme definido abaixo (“Remuneração das Debêntures da 1ª Série”).

4.18.3.1.2 Define-se como “Período de Capitalização das Debêntures da 1ª Série” o intervalo de tempo que se inicia na data da primeira subscrição e integralização das Debêntures da 1ª Série, no caso do primeiro Período de Capitalização da 1ª Série, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização das Debêntures da 1ª Série, e termina na data prevista do pagamento de juros correspondente ao período. Cada Período de Capitalização das Debêntures da 1ª Série sucede o anterior sem solução de continuidade.



4.18.3.1.3 A Remuneração das Debêntures da 1ª Série será paga mensalmente, no dia 15 de cada mês ou no primeiro dia útil subsequente caso o mesmo não seja dia útil, sendo o primeiro pagamento realizado em 15 de setembro de 2013 e o último pagamento será devido em 15 de agosto de 2021, data de vencimento das Debêntures da 1ª Série.

4.18.3.1.4 A Remuneração das Debêntures da 1ª Série deverá ser calculada de acordo com a fórmula descrita no item 4.18.3.3.5 abaixo.

4.18.3.2 Remuneração das Debêntures da 2ª Série

4.18.3.2.1 As Debêntures da 2ª Série farão jus a juros correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescida de *spread* ou sobretaxa de 2,2% (dois inteiros e dois décimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, desde a data da primeira subscrição e integralização das Debêntures da 2ª Série ou das datas de pagamento imediatamente anteriores, a que ocorrer por último, até a data do seu efetivo pagamento, que deve ocorrer ao final de cada Período de Capitalização das Debêntures da 2ª Série, conforme definido abaixo (“Remuneração das Debêntures da 2ª Série”).

4.18.3.2.2 Define-se como “Período de Capitalização das Debêntures da 2ª Série” o intervalo de tempo que se inicia na data da primeira subscrição e integralização das Debêntures da 2ª Série, no caso do primeiro Período de Capitalização das Debêntures da 2ª Série, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização das Debêntures da 2ª Série, e termina na data prevista do pagamento de juros correspondente ao período. Cada Período de Capitalização das Debêntures da 2ª Série sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.18.3.2.3 A Remuneração das Debêntures da 2ª Série será paga mensalmente, no dia 15 de cada mês ou no primeiro dia útil subsequente caso o mesmo não seja dia útil, sendo o primeiro pagamento realizado em 15 de setembro de 2013 e último pagamento será devido em 15 de outubro de 2021, data de vencimento das Debêntures da 2ª Série.

4.18.3.2.4 A Remuneração das Debêntures da 2ª Série deverá ser calculada de acordo com a fórmula descrita no item 4.18.3.3.5 abaixo. 4.18.3.3 Remuneração das Debêntures da 3ª Série

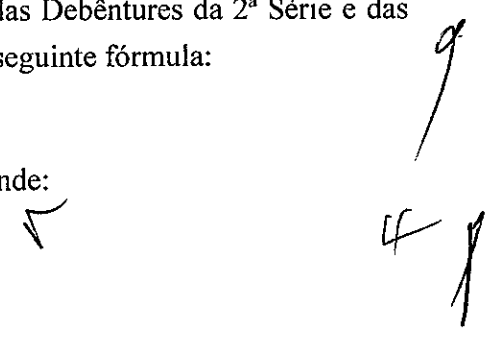
4.18.3.3.1 As Debêntures da 3ª Série farão jus a juros correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescida de *spread* ou sobretaxa de 2,2% (dois inteiros e dois décimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série, ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série, desde a data da primeira subscrição e integralização das Debêntures da 3ª Série ou das datas de pagamento imediatamente anteriores, a que ocorrer por último, até a data do seu efetivo pagamento, que deve ocorrer ao final de cada Período de Capitalização das Debêntures da 3ª Série, conforme definido abaixo (“Remuneração das Debêntures da 3ª Série”).

4.18.3.3.2 Define-se como “Período de Capitalização das Debêntures da 3ª Série” o intervalo de tempo que se inicia na data da primeira subscrição e integralização das Debêntures da 3ª Série, no caso do primeiro Período de Capitalização das Debêntures da 3ª Série, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização das Debêntures da 3ª Série, e termina na data prevista do pagamento de juros correspondente ao período. Cada Período de Capitalização das Debêntures da 3ª Série sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.18.3.3.3 A Remuneração das Debêntures da 3ª Série será paga mensalmente, no dia 15 de cada mês ou no primeiro dia útil subsequente caso o mesmo não seja dia útil, sendo o primeiro pagamento realizado em 15 de setembro de 2013 e o último pagamento será devido em 15 de março de 2022, data de vencimento das Debêntures da 3ª Série.

4.18.3.3.4 A Remuneração das Debêntures da 3ª Série deverá ser calculada de acordo com a fórmula descrita no item 4.18.3.3.5 abaixo.

4.18.3.3.5 A Remuneração das Debêntures da 1ª Série, das Debêntures da 2ª Série e das Debêntures da 3ª Série deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{Fator de Juros} - 1), \text{ onde:}$$


“J” corresponde ao valor da Remuneração das Debêntures da respectiva Série devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

“VNe” corresponde ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva Série, no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

“Fator de Juros”, Fator de Juros calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

Fator de Juros = (FatorDI x FatorSpread), onde:

“FatorDI” corresponde ao produtório das Taxas DI-Over, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

onde:

“k” corresponde ao número de ordem das Taxas DI-Over, variando de 1 até “n”;

“n” corresponde ao número total de Taxas DI-Over, consideradas em cada Período de Capitalização das respectivas Debêntures, sendo “n” um número inteiro;

“TDI_k” corresponde à Taxa DI-Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

“DI_k” corresponde à Taxa DI-Over, divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

“FatorSpread” corresponde à sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

“spread” é igual a 2,200 (dois inteiros e duzentos milésimos);

“DP” é o número de dias úteis entre a data da primeira subscrição e integralização das Debêntures da 1ª Série ou, conforme o caso, a data da primeira subscrição e integralização das Debêntures da 2ª Série, data da primeira subscrição e integralização das Debêntures da 3ª Série, no caso do primeiro Período de Capitalização das Debêntures de cada Série, ou data de pagamento da Remuneração das Debêntures da respectiva Série imediatamente anterior, no caso dos demais períodos de capitalização, e a data atual, sendo “DP” um número inteiro;

4.18.3.4 Outros Aspectos Relativos à Remuneração

4.18.3.4.1 O cálculo da Remuneração das Debêntures acima está sujeito às seguintes observações:

- i) o fator resultante da expressão $(1 + \text{TDI}_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- ii) efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + \text{TDI}_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- iii) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DP” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;

- iv) o fator resultante da expressão (FatorDI x FatorSpread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento; e
- v) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.18.3.4.2 Observado o quanto estabelecido no item 4.18.3.4.3 abaixo, no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, para a apuração de TDI_k a última Taxa DI_k divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI_k que seria aplicável.

4.18.3.4.3 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias úteis da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar no primeiro dia útil subsequente ao prazo de 10 (dez) dias úteis acima ou à data de extinção, Assembleia Geral de Debenturistas para estes definirem, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro, serão utilizadas, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, a fórmula do item 4.18.3.3.5 acima e na apuração de TDI_k será utilizada a última Taxa DI_k divulgada oficialmente.

4.18.3.4.4 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, a referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI divulgada passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração das Debêntures da 1ª Série, das Debêntures da 2ª Série e das Debêntures da 3ª Série.

4.18.3.4.5 Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva, na assembleia realizada conforme o item 4.18.3.4.3 acima, entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar por escrito o Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias contados a partir da data de encerramento da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida entre:

- i) resgate antecipado, pela Emissora, e consequente cancelamento da totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário ainda não amortizado nos termos desta Escritura, acrescido da remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* nos termos desta Escritura. Nesta hipótese, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas será utilizada a fórmula do item 4.18.3.3.5 acima e na apuração de TDIK será utilizada a última Taxa DIK divulgada oficialmente; ou
- ii) definição de cronograma e valores de amortização das Debêntures em circulação a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento, findo o qual a totalidade das Debêntures em circulação será resgatada. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada a taxa substitutiva apresentada pelos Debenturistas na Assembleia Geral de Debenturistas.

4.20 Amortização Programada das Debêntures

4.20.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures de cada série será amortizado mensalmente, após decorridos os seguintes prazos, contados da Data de Emissão: (a) 24 (vinte e quatro) meses para as Debêntures da 1ª Série; (b) 26 (vinte e seis) meses para as Debêntures da 2ª Série e (c) 31 (trinta e um) meses para as Debêntures da 3ª Série. A amortização ocorrerá em parcelas sucessivas, de acordo com as tabelas indicadas no Anexo II.

5. DA AQUISIÇÃO FACULTATIVA, DO RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO TOTAL, DA AMORTIZAÇÃO FACULTATIVA PARCIAL E DO VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1 Aquisição Facultativa

5.1.1 A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado Debêntures em Circulação, conforme definição abaixo, observadas as restrições de negociação e prazo previsto na Instrução CVM nº 476/09 e o disposto no artigo 55, §3º, I, da Lei nº 6.404/76, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da

Emissora. As Debêntures objeto deste procedimento poderão (i) ser canceladas; (ii) permanecer em tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures da mesma Série que ainda estiverem em circulação.

5.1.2 Para efeito do disposto nesta Escritura, define-se como “Debêntures em Circulação” todas as Debêntures subscritas e não resgatadas, independentemente da Série, excluídas (i) aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora; e (ii), exclusivamente para os fins de realização de Assembleia Geral de Debenturistas, as de titularidade de (a) empresas controladas, direta ou indiretamente, pela Emissora; (b) acionistas controladores da Emissora; e (c) administradores da Emissora, incluindo cônjuges e parentes até 2º grau.

5.2 Resgate Antecipado Facultativo Total e Amortização Facultativa Parcial

5.2.1 Resgate Antecipado Total. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a partir de 15 de agosto de 2014, exclusive, e nas datas definidas na tabela abaixo, promover o resgate antecipado da totalidade das Debêntures em Circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures (sendo vedado o resgate antecipado parcial, nos termos desta cláusula), mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures, acrescido (i) da respectiva remuneração de cada Série, devida e ainda não paga até a data de resgate antecipado, calculada nos termos desta Escritura; (ii) dos encargos moratórios, se houver; (iii) de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura (iv) de prêmio incidente sobre o valor do resgate antecipado, que inclui os valores indicados nos subitens “i”, “ii” e “iii” acima, conforme detalhado abaixo:

Data do Resgate Antecipado Facultativo Total	Prêmio
16 de agosto de 2014 a 15 de agosto de 2015	0,85%
16 de agosto de 2015 a 15 de agosto de 2016	0,70%
16 de agosto de 2016 a 15 de agosto de 2017	0,65%
16 de agosto de 2017 a 15 de agosto de 2018	0,60%
16 de agosto de 2018 a 15 de agosto de 2019	0,55%
16 de agosto de 2019 a 15 de agosto de 2020	0,50%
16 de agosto de 2020 a 15 de agosto de 2021	0,45%

16 de agosto de 2021 a 14 de março de 2022	0,45%
--	-------

5.2.2 O Resgate Antecipado Total somente poderá ocorrer mediante a publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário, a ser amplamente divulgada com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data do efetivo Resgate Antecipado Total, a ser realizado pela Emissora, sendo que a data de Resgate Antecipado Total deverá, obrigatoriamente, ser um dia útil.

5.2.3 Na comunicação de Resgate Antecipado Total prevista acima deverá constar: (i) a data do Resgate Antecipado Total; (ii) o valor do Resgate Antecipado Total; (iii) o valor do prêmio incidente sobre o valor do Resgate Antecipado Total; e (iv) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Total.

5.2.4 O pagamento do resgate das Debêntures será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas no Cetip21; e/ ou (ii) mediante depósito em contas correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Banco Liquidante, no caso de titulares de Debêntures que não estejam custodiadas na CETIP.

5.2.5 A CETIP deverá ser comunicada pela Emissora através de correspondência, com o de acordo do Agente Fiduciário, com pelo menos 2 (dois) dias úteis de antecedência da data de efetivação do resgate antecipado.

5.2.6 Amortização Facultativa Parcial. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a partir de 15 de agosto de 2014, exclusive, e nas datas definidas na tabela abaixo, realizar a amortização facultativa parcial das Debêntures, a qualquer momento, a partir das datas definidas na tabela abaixo, limitada ao pagamento de 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido (i) da respectiva remuneração de cada Série, devida até a data da efetiva amortização, calculada nos termos desta Escritura; (ii) dos encargos moratórios, se houver; (iii) de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura; e (iv) prêmio, conforme tabela abaixo, incidente somente sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures a serem amortizadas:

5

9

LF

1

Data da Amortização Facultativa Parcial	Prêmio
16 de agosto de 2014 a 15 de agosto de 2015	0,85%
16 de agosto de 2015 a 15 de agosto de 2016	0,70%
16 de agosto de 2016 a 15 de agosto de 2017	0,65%
16 de agosto de 2017 a 15 de agosto de 2018	0,60%
16 de agosto de 2018 a 15 de agosto de 2019	0,55%
16 de agosto de 2019 a 15 de agosto de 2020	0,50%
16 de agosto de 2020 a 15 de agosto de 2021	0,45%
16 de agosto de 2021 a 14 de março de 2022	0,45%

5.2.7 A Amortização Facultativa Parcial somente poderá ocorrer mediante a publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário, a ser amplamente divulgada com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da efetiva Amortização Facultativa Parcial, a ser realizada pela Emissora, sendo que a data de Amortização Facultativa Parcial deverá, obrigatoriamente, ser um dia útil.

5.2.8 Na comunicação de Amortização Facultativa Parcial prevista acima deverá constar: (i) a data da Amortização Facultativa Parcial; (ii) menção ao percentual do Valor Nominal Unitário (ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) que será amortizado, a ser definido a exclusivo critério da Emissora, mas, em todo caso, limitado a 98% (noventa e oito por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures à época da amortização; (iii) o valor da Amortização Facultativa Parcial; e (iv) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Amortização Facultativa Parcial.

5.2.9 O pagamento da amortização das Debêntures será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas no Cetip21; e/ ou (ii) mediante depósito em contas correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Banco Liquidante, no caso de titulares de Debêntures que não estejam custodiadas na CETIP.

5.2.10 A CETIP deverá ser comunicada da realização da Amortização Facultativa Parcial com no mínimo 2 (dois) Dias Úteis de antecedência em relação à data estipulada para sua realização, pela Emissora com anuência do Agente Fiduciário.

5.3 Vencimento Antecipado

5.3.1 O Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, observado o disposto no item 5.3.2 abaixo, todas as obrigações da Emissora referentes às Debêntures e exigirá da Emissora o imediato pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário ainda não amortizado, acrescido da respectiva Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis* conforme o disposto nesta Escritura, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, na data em que tomar ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses (“Eventos de Vencimento Antecipado”):

- i) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora no âmbito da Emissão;
- ii) não pagamento pela Emissora das obrigações pecuniárias devidas aos Debenturistas na respectiva data de vencimento, não sanado no prazo de 3 (três) dias úteis;
- iii) declaração de vencimento antecipado de quaisquer obrigações pecuniárias decorrentes de empréstimos e demais obrigações financeiras a que esteja sujeita a Emissora, e/ou suas controladas, no mercado local ou internacional;
- iv) inadimplemento, observados os prazos de cura previstos nos respectivos instrumentos, de quaisquer obrigações pecuniárias decorrentes de empréstimos e demais obrigações financeiras a que esteja sujeita a Emissora, e/ou suas controladas, no mercado local ou internacional;
- v) declaração de vencimento antecipado de obrigações pecuniárias no montante, individual ou agregado, equivalente a US\$30.000.000,00 (trinta milhões de dólares norte-americanos), decorrentes de empréstimos e demais obrigações financeiras a que estejam sujeitas as controladoras da Emissora, no mercado local ou internacional;
- vi) inadimplemento, observados os prazos de cura previstos nos respectivos instrumentos, de obrigações pecuniárias no montante, individual ou agregado, equivalente a

US\$30.000.000,00 (trinta milhões de dólares norte-americanos), decorrentes de empréstimos e demais obrigações financeiras a que estejam sujeitas as controladoras da Emissora, no mercado local ou internacional;

- vii) descumprimento, pela Emissora, de quaisquer obrigações não pecuniárias previstas nesta Escritura, que não seja sanado no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento de notificação pela Emissora nesse sentido ou da data em que a Emissora tomar ciência do descumprimento, o que ocorrer antes;
- viii) inadimplemento de quaisquer obrigações da Emissora previstas no Contrato de Garantia, sem prejuízo dos prazos para seu saneamento previstos no respectivo instrumento;
- ix) protesto legítimo de títulos contra a Emissora, em valor igual ou superior, em montante individual ou agregado, a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), que não seja sanado no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento de tal protesto salvo se (a) tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, (b) for cancelado ou tenha seus efeitos sustados por decisão judicial, ou, ainda, (c) forem prestadas pela Emissora e aceitas pelo Poder Judiciário, garantias em juízo;
- x) prolação de uma ou mais sentenças arbitrais definitivas ou judiciais transitadas em julgado em nome da Emissora, em valor igual ou superior, em montante individual ou agregado, a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), para as quais não tenha oferecido bens em garantia ou feito provisão para pagamento;
- xi) extinção, liquidação, dissolução, insolvência decretada, apresentação de proposta de recuperação judicial ou extrajudicial, de autofalência ou decretação de falência, ou, ainda, de qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei, requerido pela ou decretado contra a Emissora, sua controladora ou controladas;
- xii) descumprimento de quaisquer sentenças judiciais ou decisões arbitrais proferidas contra a Emissora que tenham transitado em julgado, ou descumprimento de quaisquer decisões administrativas proferidas contra a Emissora para as quais não tenha sido apresentado recurso de forma tempestiva, em qualquer desses casos, desde que

resultem ou possam resultar em obrigação de desembolso por parte da Emissora (inclusive por meio de depósito judicial), para as quais não tenha feito provisão para pagamento, nos termos da regulamentação aplicável;

- xiii) realização por qualquer autoridade governamental de ato com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades ou das ações do capital social da Emissora;
- xiv) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 da Lei nº 6.404/76;
- xv) alteração do objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora, que modifique substancialmente as atividades atualmente por ela praticadas, sem a prévia anuência dos Debenturistas;
- xvi) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, das obrigações a serem assumidas nesta Escritura, sem a prévia anuência dos Debenturistas;
- xvii) não observância dos índices financeiros calculados de acordo com o Anexo I desta Escritura (“Índices Financeiros”), a serem verificados anualmente;
- xviii) caso a celebração da Escritura e do Contrato de Garantia e a colocação das Debêntures implique: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer contratos ou instrumentos que a Emissora seja parte; (b) criação de quaisquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes nesta data ou que venham a ser constituídos nos termos do Contrato de Garantia; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- xix) realização de redução de capital social da Emissora, após a Data de Emissão, sem a prévia anuência de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, exceto se para fins de absorção de prejuízos acumulados;

- xx) pagamento de dividendos, de juros sobre o capital próprio ou de qualquer outra participação no lucro prevista no Estatuto Social da Emissora, caso a Emissora esteja inadimplente com suas obrigações descritas nesta Escritura, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei 6.404/76; ou
- xxi) ocorrência de qualquer alteração, direta ou indireta, na composição societária da Emissora, ou qualquer alienação, cessão ou transferência, direta ou indireta, de ações do capital social da Emissora, em qualquer operação isolada ou série de operações, que resultem na perda, pelo atual acionista controlador, indireto, do poder de controle da Emissora, nos termos do artigo 116 da Lei nº 6.404/76 sem o prévio consentimento dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas ou quando não observado o disposto no artigo 231 da Lei nº 6.404/76, quando aplicável.

5.3.2 Para os fins de que trata esta Escritura, “Data de Vencimento Antecipado” será qualquer uma das seguintes datas:

- i) a data de ocorrência dos Eventos de Vencimento Antecipado previstos nas alíneas (ii), (iii), (v), (xi), (xiv), (xvi) e (xix) do item 5.3.1, acima, (“Eventos de Vencimento Antecipado de Declaração Automática”), mesmo que a comunicação escrita, prevista no item 5.3.6 abaixo, seja recebida pela Emissora posteriormente, sendo certo que nessas hipóteses, o vencimento antecipado das Debêntures será declarado automaticamente pelo Agente Fiduciário; e
- ii) ocorrendo qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado previstos nas alíneas (i), (iv), (vi), (vii), (viii), (ix), (x), (xii), (xiii), (xv), (xvii), (xviii), (xx) e (xxi) do item 5.3.1 acima (“Eventos de Vencimento Antecipado Sujeitos a AGD”), será a data em que se realizar a Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 5.3.3 abaixo, na qual os Debenturistas tenham deliberado pela declaração de vencimento antecipado das Debêntures ou, no caso previsto no item 5.3.4 abaixo, será a data marcada para a realização da Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação na qual o quorum mínimo de instalação não tenha sido alcançado.

5.3.3 Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado Sujeitos a AGD, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em

que tomar ciência da ocorrência do referido Evento de Vencimento Antecipado, Assembleia Geral de Debenturistas para declarar o Vencimento Antecipado das Debêntures.

5.3.4 Caso a Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 5.3.3, acima, não seja instalada por falta de quorum, em primeira e segunda convocação, o Agente Fiduciário deverá declarar o Vencimento Antecipado das Debêntures.

5.3.5 Uma vez instalada a Assembleia Geral de Debenturistas prevista no item 5.3.3, acima, será necessário o quorum especial de titulares que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação para aprovar a não declaração do Vencimento Antecipado das Debêntures.

5.3.6 O Agente Fiduciário deverá comunicar, por escrito, nos termos do item 11.1 desta Escritura, eventual vencimento antecipado das Debêntures à Emissora, à CETIP e ao Banco Liquidante, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados (i) de sua ciência da ocorrência de uma das hipóteses de Evento de Vencimento Antecipado de Declaração Automática; (ii) da realização da Assembleia Geral de Debenturistas na qual foi deliberado o vencimento antecipado das Debêntures, no caso de Evento de Vencimento Antecipado Sujeito a AGD; ou (iii) da data marcada para a realização da Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação, cujo quorum mínimo de instalação não tenha sido alcançado, também no caso de Eventos de Vencimento Antecipado Sujeito a AGD.

5.3.7 Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o seu resgate deverá ser efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, contados do protocolo da carta mencionada no item 5.3.6 acima. Caso o pagamento referente ao vencimento antecipado aconteça através da CETIP, a mesma deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência.

5.3.8 Caso a Emissora não proceda ao resgate das Debêntures na forma estipulada no item anterior, além da remuneração devida, os Encargos Moratórios serão acrescidos ao Valor Nominal Unitário das Debêntures, incidentes desde a data de término do prazo acima referido até a data de seu efetivo pagamento.

✓

49
1

6. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

6.1 Enquanto as Debêntures estiverem em circulação, a Emissora adicionalmente se obriga a:

- i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
 - a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias (1) após o término do 1º (primeiro) semestre de cada ano, cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas ao semestre encerrado; (2) após o término de cada exercício social, cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas ao exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes; e (3) após o término de cada exercício social, declaração do Diretor Presidente de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura e relatório contendo memória de cálculo detalhada para acompanhamento dos Índices Financeiros para o respectivo exercício, compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção destes e assinado por representante legal da Emissora. A primeira verificação dos Índices Financeiros se dará com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013;
 - b) dentro de 7 (sete) dias úteis, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada exclusivamente para o fim de proteção dos interesses dos Debenturistas, permitindo que o Agente Fiduciário (ou o auditor independente contratado pelo Agente Fiduciário às expensas da Emissora), através de seus representantes legalmente constituídos e previamente indicados, tenha acesso aos seus livros e registros contábeis, bem como, no prazo de até 7 (sete) dias úteis contados da data da solicitação, a qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada;
 - c) dentro de 30 (trinta) dias corridos após sua realização, (1) notificação da convocação, se houver, de qualquer Assembleia Geral de Acionistas ou Reunião do Conselho de Administração, se constituído, da Diretoria e do Conselho Fiscal, se instalado, da Emissora, incluindo a data da assembleia ou reunião e a ordem do dia; e (2) cópias das atas de todas as Assembleias Gerais

de Acionistas e Reuniões do Conselho de Administração, se houver, da Emissora;

- d) dentro de 1 (um) dia útil da data de seu envio aos Debenturistas, cópia de todas as cartas e comunicados enviados;
 - e) cópia de qualquer notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora envolvendo procedimento de valor equivalente a, no mínimo, R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), em até 7 (sete) dias úteis após o oferecimento de qualquer forma de resposta, defesa, contestação ou reconvenção, conforme o caso, acompanhada da respectiva cópia destes, sendo reajustado o valor acima referido, desde a Data de Emissão, pelo Índice Geral de Preços - Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M");
 - f) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados no item 5.3.1 acima no prazo de até 2 (dois) dias úteis após a sua ocorrência. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões nelas previstos na presente Escritura e no Contrato de Garantia, inclusive o de declarar o vencimento antecipado;
 - g) uma via original desta Escritura e de eventuais aditamentos devidamente arquivadas na JUCESP em até 7 (sete) dias úteis, contados da data do seu arquivamento; e
 - h) cópias da ata da AGE devidamente arquivada na JUCESP, em até 7 (sete) dias úteis, contados da data do seu arquivamento;
- ii) sem prejuízo do disposto no item 7.3, alínea (v), desta Escritura, protocolar o pedido de arquivamento desta Escritura e de eventuais aditamentos na JUCESP, em até 7 (sete) dias úteis contados a partir da respectiva data de assinatura;
 - iii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor;

- iv) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- v) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos do item 8 desta Escritura, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- vi) cumprir todas as determinações da CVM, enviando documentos exigidos por todas as leis e regulamentos aplicáveis e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- vii) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, os Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- viii) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- ix) cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realizar negócios ou possua ativos;
- x) notificar, em até 1 (um) dia útil, o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora;
- xi) não pagar dividendos, ressalvado o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, juros sobre capital próprio, nem qualquer outra participação estatutariamente prevista, se estiver em mora, relativamente ao pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas, relativos às Debêntures objeto desta Escritura, cessando tal proibição tão logo seja purgada a mora;
- xii) manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes;
- xiii) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas na CETIP;

- xiv) arcar com todos os custos (a) decorrentes da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (c) de contratação do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante e do Escriturador Mandatário;
- xv) cumprir as obrigações estabelecidas no artigo 17 da Instrução CVM nº 476/09, quais sejam:
- a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei nº 6.404/76, e com as regras emitidas pela CVM;
 - b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
 - c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
 - d) manter os documentos mencionados no subitem (iii) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
 - e) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
 - f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM nº 358/02, comunicando este fato imediatamente ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário; e
 - g) fornecer as informações solicitadas pela CVM;

- xvi) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário, a CETIP e o Agente Fiduciário;
- xvii) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário razoáveis e usuais, as quais, sempre que possível, serão previamente aprovadas, por escrito, pela Emissora, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida ao Debenturistas nos termos desta Escritura;
- xviii) rigoroso cumprimento pela Emissora ao disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão. Obriga-se, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para a atividade da espécie, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos Municipais, Estaduais e Federais, que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
- xxi) informar e enviar o organograma, os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme previsto na Instrução CVM nº 28/83, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do mesmo na CVM. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social;
- xxii) não transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;

- xxiii) manter os Índices Financeiros de acordo com o Anexo I desta Escritura;
- xxiv) comunicar imediatamente ao Coordenador Líder qualquer alteração relevante em sua condição financeira, societária e/ou operacional que possa afetar a decisão, por parte dos investidores, de adquirir as Debêntures; e
- xxv) notificar em até 1 (um) dia útil os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações prestadas na presente Escritura tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

6.2 As despesas a que se refere a alínea (xvii) do item 6.1 acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- i) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- ii) extração de certidões;
- iii) despesas de viagem, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário e forem, sempre que possível, antecipadamente aprovadas pela Emissora; e
- iv) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que venham a ser comprovadamente necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

6.2.1 O Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda que despesas mencionadas na alínea (xvii) do item 6.1 acima devem ser, sempre que possível, aprovadas previamente e/ou reembolsadas pela Emissora ou pelos Debenturistas, conforme o caso, e realizadas em concordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero; ou (ii) a função fiduciária que lhe é inerente.

7. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1 A Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., acima qualificada, é nomeada como agente fiduciário desta Emissão e expressamente aceita, nos termos da legislação e da presente Escritura, representar a comunhão de Debenturistas perante a Emissora.

7.2 Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

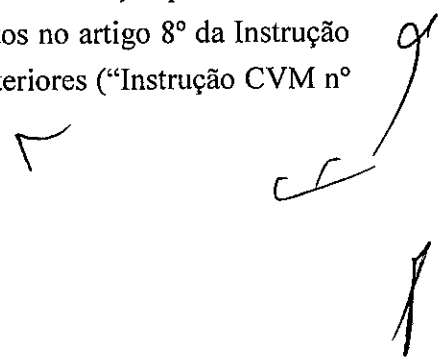
7.2.1 Na hipótese de a convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término do prazo referido no item 7.2 acima, caberá à Emissora efetuar-la.

7.2.2 A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

7.2.3 Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente este fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

7.2.4 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em assembleia especialmente convocada para esse fim.

7.2.5 A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, e eventuais normas posteriores ("Instrução CVM nº 28/83").



7.2.6 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCESP, onde será inscrita a presente Escritura.

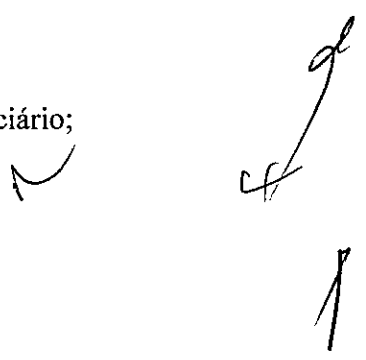
7.2.7 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

7.2.8 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

7.3 Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;

- vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- viii) verificar a regularidade da constituição da garantia real, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- ix) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, observado critério de razoabilidade, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
- x) notificar a Emissora a reforçar a Garantia dada, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;
- xi) solicitar, desde que comprovadamente necessário, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- xii) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, na forma do item 4.16 acima;
- xiii) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- xiv) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, alínea b, da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - a) eventual omissão ou inveracidade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - b) alterações estatutárias ocorridas no período;

- c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - e) amortização do Valor Nominal Unitário e pagamento de remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
 - h) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
 - i) declaração acerca da suficiência e exequibilidade da Garantia; e
 - j) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário bem como demais informações exigidas pela regulamentação aplicável a respeito de tais emissões, se houver.
- xv) colocar o relatório de que trata o item acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- a) na sede da Emissora;
 - b) no seu escritório ou em local indicado pelo Agente Fiduciário;
 - c) na CETIP;
- 

- d) na CVM; e
- e) na sede do Coordenador Líder, na hipótese de o prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo de distribuição das Debêntures;
- xvi) publicar, nos órgãos de imprensa onde a Emissora deva efetuar suas publicações, comunicado aos Debenturistas de que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item acima;
- xvii) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestão de informações junto à Emissora, o Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referentes à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debenturistas e seus respectivos titulares;
- xviii) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas parcialmente, se for o caso;
- xix) disponibilizar o cálculo do Valor Unitário das Debêntures a ser realizado pela Emissora, aos Debenturistas, à Emissora e aos participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou de seu *website*;
- xx) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer; e
- xxi) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias em que tomar conhecimento, ou nos prazos específicos determinados nas demais cláusulas da Escritura, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados mais esclarecimentos, enviando comunicação de igual teor à CVM e à CETIP e ao Banco Central do Brasil, quando se tratar de instituição por ele autorizada a funcionar.

7.4 O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

- i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios nas condições especificadas;
- ii) executar garantias reais, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos Debenturistas;
- iii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial da Emissora.

7.5 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas no item 7.4 (i) a (iii) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos Debenturistas em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto no item 7.4 (iv) acima.

7.6 Serão devidos ao Agente Fiduciário honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura, correspondentes a uma remuneração anual de R\$6.800,00 (seis mil e oitocentos reais), devida pela Emissora, sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) dia útil após a data da assinatura da Escritura e as demais parcelas no mesmo dia dos anos subsequentes.

7.6.1 Caso a Emissora não esteja adimplente com todas as suas obrigações assumidas nesta Escritura, ou em caso de reestruturação prévia das condições das Debêntures após subscrição, será devida ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional correspondente a R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais) por hora-homem de trabalho dedicado (i) à assessoria aos Debenturistas; (ii) ao comparecimento em reuniões com a Emissora e/ou com os Debenturistas; (iii) à implementação das consequentes decisões dos Debenturistas e da

Emissora e (iv) à execução da Garantia ou das Debêntures. A remuneração adicional deverá ser paga pela Emissora ao Agente Fiduciário no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a entrega do relatório demonstrativo de tempo dedicado, por mês durante o período em que a Emissora permanecer nessa situação.

7.6.2 A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos dos itens 7.6 e 7.6.1 acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da 1ª (primeira), até as datas de pagamento de cada parcela subsequente calculada *pro rata die* se necessário.

7.6.3 Os honorários devidos pela Emissora em decorrência da prestação dos serviços do Agente Fiduciário de que trata o item 7.6 acima serão acrescidos dos seguintes tributos: (i) ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza); (ii) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), (iii) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); (iv) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); e (v) quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre referidos honorários, bem como, quaisquer majorações das alíquotas já existentes, de forma que o Agente Fiduciário receba a remuneração como se tais tributos não fossem incidentes, excetuando-se o IR (Imposto sobre a Renda) nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

7.6.4 Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração ora proposta, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

7.6.5 A remuneração prevista nos itens anteriores será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora, e não inclui o pagamento de honorários de terceiros especialistas, tais como auditores independentes, advogados, consultores financeiros, entre outros.

7.6.6 Eventuais obrigações adicionais do Agente Fiduciário facultarão ao Agente Fiduciário a revisão dos honorários propostos.

7.6.7 O Agente Fiduciário será reembolsado pela Emissora por todas as despesas razoáveis que comprovadamente venha a incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados da entrega dos documentos comprobatórios, incluindo:

- i) publicação de relatórios, editais de convocação, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- ii) locomoções dentro e entre Estados da Federação e respectivas hospedagens e alimentações, quando necessárias ao desempenho das funções, desde que as despesas sejam razoáveis e comprovadas; e
- iii) reconhecimento de firmas, cópias autenticadas, notificações, extração de certidões e eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

7.6.8 O Agente Fiduciário poderá, em caso de inadimplência da Emissora no pagamento das despesas a que se refere os incisos acima por um período superior a 30 (trinta) dias, solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora, sendo que as despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas bem como sua remuneração. Será suportada pelos Debenturistas a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento

desta por um período superior a 30 (trinta) dias, e ainda, poderá o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

7.6.9 O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma prevista no item 7.6.8 acima será acrescido à dívida da Emissora, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento.

7.6.10 Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus.

7.6.11 O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente que será indicada pelo Agente Fiduciário à Emissora com no mínimo 5 (cinco) dias úteis de antecedência à data do pagamento.

7.6.12 Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, à Emissora. O agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração devida ao Agente Fiduciário, calculada proporcionalmente ao tempo de prestação de serviço restante, exceto se deliberado de forma diversa pela Assembleia Geral de Debenturistas e com anuência da Emissora.

8. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas (“Assembleia Geral de Debenturistas” ou “AGD”).

8.2 Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76 sobre Assembleia Geral de Acionistas.

8.3 A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por Debenturistas que representem, em conjunto, 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação; ou (iv) pela CVM.

8.4 A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, em conjunto, 50% (cinquenta por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

8.5 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

8.6 O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

8.7 A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

8.8 Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas por 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (considerados, obrigatoriamente em conjunto, os Debenturistas da 1ª Série, os Debenturistas da 2ª Série e os Debenturistas da 3ª Série), exceto:

- i) quando de outra forma prevista nesta Escritura;
- ii) nas hipóteses de alteração de prazos, garantias, quorum de votação, amortização e/ou resgate ou das hipóteses de vencimento antecipado, que dependerão da aprovação de Debenturistas representando, em conjunto, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação; e
- iii) alterações, que deverão ser aprovadas, em AGD da respectiva Série, por Debenturistas da respectiva Série que representem 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva Série, acerca das seguintes matérias: (a) Remuneração da respectiva Série; (b) quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores da respectiva série previstos nesta Escritura; (c) Data de Vencimento da respectiva Série.

8.8.1 A alteração dos quoruns qualificados previstos na presente Escritura dependerá da aprovação da totalidade das Debêntures em Circulação.

9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1 O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora que:

- i) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- ii) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- iii) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- iv) as pessoas que o representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- v) sob as penas da lei, não ter nenhum impedimento legal, conforme definido no artigo 66, §3º, da Lei 6.404/76, e no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83, para exercer a função que lhe é conferida;
- vi) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação e regulamentação específica e nesta Escritura;
- vii) aceita integralmente esta Escritura, suas cláusulas e condições;
- viii) está devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;



- ix) verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, baseado nas informações prestadas pela Emissora, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações ora apresentadas, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento;
- x) não possui qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções; e
- xi) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesses previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83.

10. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

10.1 A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário que:

- i) é companhia fechada validamente constituída e existente, em situação regular, segundo as leis da República Federativa do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir todas as obrigações nela previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto;
- iii) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- v) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de quaisquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes nesta data; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

- vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer órgão público ou regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da Escritura na JUCESP, o registro do Contrato de Garantia nos cartórios competentes e o registro das debêntures na CETIP;
- vii) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções em relação a esta Emissão;
- viii) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei nº 6.404/76 e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- ix) manterá os seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes de mercado;
- x) não há, na data de assinatura desta Escritura, e que seja de seu conhecimento, quaisquer processos administrativos ou judiciais em que a Emissora seja parte e que possam de qualquer modo afetar a capacidade financeira da Emissora, as Debêntures ou a Garantia; e
- xi) a Emissora, no seu conhecimento, está cumprindo os contratos, leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, inclusive com o disposto na legislação e regulamentação ambiental, exceto com relação àquelas leis e regulamentos que estejam sendo contestados de boa-fé pela Emissora.

10.2 A Emissora se compromete a notificar imediatamente os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

i) Para a Emissora:

ECOGEN BRASIL SOLUÇÕES ENERGÉTICAS S.A.

Avenida Santo Amaro, nº 48, 9º andar, conjuntos 91 e 92,

Vila Nova Conceição, CEP 04506-000,

São Paulo, Estado de São Paulo

At.: Nelson da Silva Cardoso de Oliveira e João Perez Neto

Telefone: 11- 2199-3750

Fax: 11- 2199-3733

Correio eletrônico: nelson.oliveira@ecogenbrasil.com.br / joao.perez@ecogenbrasil.com.br

ii) Para o Agente Fiduciário:

PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 10º andar

04538-132 - São Paulo – SP

At.: Viviane Rodrigues

Telefone: (11) 2172-2628

Fax: (11) 3078-7264

Correio Eletrônico: vrodriques@planner.com.br / fiduciario@planner.com.br

iii) Para o Banco Liquidante:

BANCO ITAÚ UNIBANCO S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, Torre Olavo Setúbal

04344-902 - São Paulo – SP

At.: José Nilson

Telefone: (11) 5029-1317

Fax: (11) 5029-1394

Correio eletrônico: jose-nilson.cordeiro@itau-unibanco.com.br

iv) Escriturador Mandatário:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A. Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar
04344-902 - São Paulo – SP

At.: José Nilson

Telefone: (11) 5029-1317

Fax: (11) 5029-1394

Correio eletrônico: jose-nilson.cordeiro@itau-unibanco.com.br

v) Para a CETIP:

CETIP S.A – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida República do Chile, 230, 11º andar

20031-170 – Rio de Janeiro – RJ

Telefone: (21) 2276-7474

Fax: (21) 2252-4308/2262-5481

Correio eletrônico: valores.mobiliarios@cetip.com.br

ou

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano

01452-001 – São Paulo – SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

11.1.1 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio, ou, ainda, por telegrama enviado aos endereços acima.

11.1.2 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada a todas as partes pela Emissora, aplicando-se a mesma regra para as demais partes mencionadas no presente instrumento no que se refere à obrigação de comunicarem a Emissora.


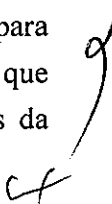

11.2 Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, entende-se por “dia útil” qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados na Cidade de São Paulo, simultânea ou isoladamente. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de “dia útil”, entende-se que o prazo será contado em dias corridos.

11.3 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia a ele, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.4 Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

11.5 Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

11.6 O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes em qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações presentes nesta Escritura, bem como nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões, e não será responsável pela elaboração desses documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.



11.7 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em assembleia geral.

11.8 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM nº 28/83, conforme alterada, e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

11.9 Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

11.10 Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

11.11 Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e seus sucessores.



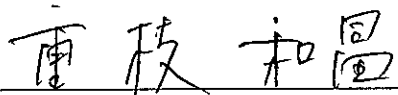
12. FORO

12.1 Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

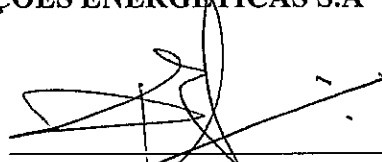
São Paulo, 15 de agosto de 2013.

ECOGEN BRASIL SOLUÇÕES ENERGÉTICAS S.A



Nome: Kazutomi Shigeeda

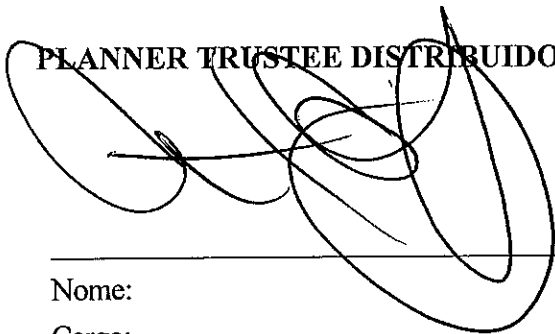
Cargo: Diretor Financeiro



Nome: Rogério Bezerra Lima

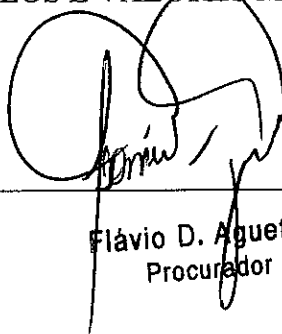
Cargo: Diretor Vice-Presidente e de Desenvolvimento

PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.



Nome:

Cargo:



Nome:

Cargo:

Flávio D. Aguetoni
Procurador

Testemunhas:

1.

Nome:

CPF:

2.

Nome:

CPF:

(Este anexo é parte integrante da “Escritura Particular da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 3 (três) Séries, da Espécie com Garantia Flutuante, com Garantia Real, Adicional para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, nos Termos da Instrução CVM nº 476/09, da Ecogen Brasil Soluções Energéticas S.A.” celebrada entre Ecogen Brasil Soluções Energéticas S.A. e Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 15 de agosto de 2013)

ANEXO I

ÍNDICES FINANCEIROS

1. Os seguintes Índices Financeiros deverão ser calculados pela Emissora e verificados pelo Agente Fiduciário anualmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Emissora, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento das respectivas demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório da memória de cálculo dos Índices Financeiros, pelo Agente Fiduciário, até a Data de Vencimento, sendo que a primeira verificação se dará com base no balanço de 31 de dezembro de 2013:

Exercício Social									
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Dívida Líquida / EBITDA ≤	5,75	5,00	4,25	3,25	2,50	2,50	2,50	2,50	2,50

2. Define-se:

Dívida Líquida	É a soma dos saldos dos empréstimos, financiamentos e outras dívidas financeiras onerosas, incluindo, sem limitação, as debêntures, o saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos em que a Emissora seja parte, classificadas no passivo circulante e exigível de longo prazo da Emissora, bem como avais, fianças e demais garantias
----------------	---

	prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras auditadas da Emissora, menos as disponibilidades.
EBITDA	Significa o lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; e (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice.

3. Caso haja mudança na legislação e/ou regulamentação que acarrete alteração nos critérios de contabilização da Emissora e que venha a impactar o cálculo dos Índices Financeiros, a Emissora e os Debenturistas que representem, em conjunto, mais de 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação, de comum acordo, deverão escolher um auditor independente de primeira linha para calcular novos Índices Financeiros equivalentes aos estabelecidos nesta Escritura.

✓

4

9

(Este anexo é parte integrante da “Escritura Particular da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 3 (três) Séries, da Espécie com Garantia Flutuante, com Garantia Real, Adicional para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, nos Termos da Instrução CVM nº 476/09, da Ecogen Brasil Soluções Energéticas S.A.” celebrada entre Ecogen Brasil Soluções Energéticas S.A. e Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 15 de agosto de 2013)

ANEXO II
AMORTIZAÇÃO DO VALOR UNITÁRIO DAS DEBÊNTURES DA 1ª, DA 2ª E DA 3ª SÉRIES

Data de Amortização das Debêntures da 1ª Série	% do Valor Nom. Unit. das Debêntures da 1ª Série	Data de Amortização das Debêntures da 1ª Série	% do Valor Nom. Unit. das Debêntures da 1ª Série
15/08/2015	1,37	15/09/2018	1,37
15/09/2015	1,37	15/10/2018	1,37
15/10/2015	1,37	15/11/2018	1,37
15/11/2015	1,37	15/12/2018	1,37
15/12/2015	1,37	15/01/2019	1,37
15/01/2016	1,37	15/02/2019	1,37
15/02/2016	1,37	15/03/2019	1,37
15/03/2016	1,37	15/04/2019	1,37
15/04/2016	1,37	15/05/2019	1,37
15/05/2016	1,37	15/06/2019	1,37
15/06/2016	1,37	15/07/2019	1,37
15/07/2016	1,37	15/08/2019	1,37
15/08/2016	1,37	15/09/2019	1,37
15/09/2016	1,37	15/10/2019	1,37
15/10/2016	1,37	15/11/2019	1,37
15/11/2016	1,37	15/12/2019	1,37
15/12/2016	1,37	15/01/2020	1,37
15/01/2017	1,37	15/02/2020	1,37

15/02/2017	1,37	15/03/2020	1,37
15/03/2017	1,37	15/04/2020	1,37
15/04/2017	1,37	15/05/2020	1,37
15/05/2017	1,37	15/06/2020	1,37
15/06/2017	1,37	15/07/2020	1,37
15/07/2017	1,37	15/08/2020	1,37
15/08/2017	1,37	15/09/2020	1,37
15/09/2017	1,37	15/10/2020	1,37
15/10/2017	1,37	15/11/2020	1,37
15/11/2017	1,37	15/12/2020	1,37
15/12/2017	1,37	15/01/2021	1,37
15/01/2018	1,37	15/02/2021	1,37
15/02/2018	1,37	15/03/2021	1,37
15/03/2018	1,37	15/04/2021	1,37
15/04/2018	1,37	15/05/2021	1,37
15/05/2018	1,37	15/06/2021	1,37
15/06/2018	1,37	15/07/2021	1,37
15/07/2018	1,37	15/08/2021	1,36
15/08/2018	1,37		

Data de Amortização das Debêntures da 2ª Série	% do Valor Nom. Unit. das Debêntures da 2ª Série	Data de Amortização das Debêntures da 2ª Série	% do Valor Nom. Unit. das Debêntures da 2ª Série
15/10/2015	1,37	15/11/2018	1,37
15/11/2015	1,37	15/12/2018	1,37
15/12/2015	1,37	15/01/2019	1,37
15/01/2016	1,37	15/02/2019	1,37
15/02/2016	1,37	15/03/2019	1,37
15/03/2016	1,37	15/04/2019	1,37
15/04/2016	1,37	15/05/2019	1,37
15/05/2016	1,37	15/06/2019	1,37
15/06/2016	1,37	15/07/2019	1,37

15/07/2016	1,37	15/08/2019	1,37
15/08/2016	1,37	15/09/2019	1,37
15/09/2016	1,37	15/10/2019	1,37
15/10/2016	1,37	15/11/2019	1,37
15/11/2016	1,37	15/12/2019	1,37
15/12/2016	1,37	15/01/2020	1,37
15/01/2017	1,37	15/02/2020	1,37
15/02/2017	1,37	15/03/2020	1,37
15/03/2017	1,37	15/04/2020	1,37
15/04/2017	1,37	15/05/2020	1,37
15/05/2017	1,37	15/06/2020	1,37
15/06/2017	1,37	15/07/2020	1,37
15/07/2017	1,37	15/08/2020	1,37
15/08/2017	1,37	15/09/2020	1,37
15/09/2017	1,37	15/10/2020	1,37
15/10/2017	1,37	15/11/2020	1,37
15/11/2017	1,37	15/12/2020	1,37
15/12/2017	1,37	15/01/2021	1,37
15/01/2018	1,37	15/02/2021	1,37
15/02/2018	1,37	15/03/2021	1,37
15/03/2018	1,37	15/04/2021	1,37
15/04/2018	1,37	15/05/2021	1,37
15/05/2018	1,37	15/06/2021	1,37
15/06/2018	1,37	15/07/2021	1,37
15/07/2018	1,37	15/08/2021	1,37
15/08/2018	1,37	15/09/2021	1,37
15/09/2018	1,37	15/10/2021	1,36
15/10/2018	1,37		

Data de Amortização das Debêntures da 3ª Série	% do Valor Nom. Unit. das Debêntures da 3ª Série	Data de Amortização das Debêntures da 3ª Série	% do Valor Nom. Unit. das Debêntures da 3ª Série
--	--	--	--

15/03/2016	1,37	15/09/2019	1,37
15/04/2016	1,37	15/10/2019	1,37
15/05/2016	1,37	15/11/2019	1,37
15/06/2016	1,37	15/12/2019	1,37
15/07/2016	1,37	15/01/2020	1,37
15/08/2016	1,37	15/02/2020	1,37
15/09/2016	1,37	15/03/2020	1,37
15/10/2016	1,37	15/04/2020	1,37
15/11/2016	1,37	15/05/2020	1,37
15/12/2016	1,37	15/06/2020	1,37
15/01/2017	1,37	15/07/2020	1,37
15/02/2017	1,37	15/08/2020	1,37
15/03/2017	1,37	15/09/2020	1,37
15/04/2017	1,37	15/10/2020	1,37
15/05/2017	1,37	15/11/2020	1,37
15/06/2017	1,37	15/12/2020	1,37
15/07/2017	1,37	15/01/2021	1,37
15/08/2017	1,37	15/02/2021	1,37
15/09/2017	1,37	15/03/2021	1,37
15/10/2017	1,37	15/04/2021	1,37
15/11/2017	1,37	15/05/2021	1,37
15/12/2017	1,37	15/06/2021	1,37
15/01/2018	1,37	15/07/2021	1,37
15/02/2018	1,37	15/08/2021	1,37
15/03/2018	1,37	15/09/2021	1,37
15/04/2018	1,37	15/10/2021	1,37
15/05/2018	1,37	15/11/2021	1,37
15/06/2018	1,37	15/12/2021	1,37
15/07/2018	1,37	15/01/2022	1,37
15/08/2018	1,37	15/02/2022	1,37
15/09/2018	1,37	15/03/2022	1,36
15/10/2018	1,37		
15/11/2018	1,37		
15/12/2018	1,37		

15/01/2019	1,37		
15/02/2019	1,37		
15/03/2019	1,37		
15/04/2019	1,37		
15/05/2019	1,37		
15/06/2019	1,37		
15/07/2019	1,37		
15/08/2019	1,37		

~

ef

g
A